



Canal Energia – 10 Fev 2004

Agenda mínima melhora percepção de investidores com novo modelo

Para entidades do setor, mudanças dão sustentabilidade e sobrevida ao setor, embora estejam longe do ideal

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) questionou os investidores privados sobre a possibilidade de aporte de recursos com a implantação de uma agenda mínima no novo modelo do setor elétrico. Segundo ele, algumas sugestões apresentadas por agentes como Abraceel (Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica) estão sendo incorporadas no texto final.

O senador é o relator do projeto de lei de conversão que aborda a questão do planejamento no novo marco regulatório. Ele informou que o relator das regras de comercialização, senador Delcídio Amaral (PT-MS), está finalizando o texto que será encaminhado ao plenário do Senado Federal. "Queremos criar condições pelo menos mínimas de segurança", diz.

A Abraceel defendeu a efetivação de uma agenda mínima para o modelo. Segundo Paulo Cezar Tavares, presidente da entidade, as mudanças do novo marco regulatório podem decretar a morte súbita do setor. Tavares defendeu os benefícios da auto-contratação, apesar de a manutenção desta regra não estar incluída na agenda mínima.

De acordo com Tavares, os projetos de expansão executados nos últimos cinco anos no setor foram originados ou por autoprodutores ou por auto-contratação. "A crítica ao self-dealing acontece por pura falta de conhecimento técnico", critica.

Para Claudio Sales, presidente da CBIEE (Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica), as mudanças apresentadas ainda não garantem investimentos no setor. "O modelo, da forma como estava, era um vetor para baixo. As mudanças mínimas apresentadas são peças fundamentais para que o setor seja sustentável", avalia. Sales defendeu a auto-contratação no setor afirmando que esta regra criou condições para a realização de investimentos.

A Abraget (Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas) também defendeu a realização de mudanças minuciosamente necessárias. Para Antônio Rocha, vice-presidente da associação, as medidas provisórias não cobrem todos os pontos deficientes do setor. Rocha afirmou ainda que a diferença do custo do MWh da energia termelétrica para a hidrelétrica é passível de ser equalizada a médio prazo.

"É perfeitamente possível colocar, no médio prazo, os preços da geração termelétrica em patamar competitivo ao da hidrelétrica. Para isto, precisamos resolver três questões: monetização das reservas de gás recentemente descobertas, renegociação do gás boliviano e solução da problemática do gasoduto Brasil-Bolívia", justifica Rocha.